

## Obras esbarram no clima e na burocracia

Problemas na contratação de empresas construtoras, processos de licitação morosos, falta de fiscais e até mesmo as chuvas têm sido culpadas pelos atrasos nas obras do campus da UFSC em Florianópolis, como a do Restaurante Universitário (foto). São cerca de trinta em andamento, e mais da metade com cronograma estourado.

p. 9

Foto: Paulo Noronha



Impresso

99129-5/2002-DR/SC  
UFSC

CORREIOS



# Jornal Universitário

Universidade Federal de Santa Catarina - Maio de 2011 - Nº 418

## Universidade freia festa e bebida no campus

Pesquisas apontam que na última década o consumo de bebidas alcoólicas por estudantes universitários deixou de ser moderado e passou a abusivo, e os estudos parecem refletir o comportamento de parte dos alunos da UFSC; devido à

comercialização indiscriminada de bebidas, à quantidade de lixo, ao número de pessoas reunidas, aos danos ao patrimônio e também ao barulho gerado, a Universidade suspendeu a autorização de festas na Praça da Cidadania p. 6 e 7

Foto: Marília Marasciulo



Exageros e danos ao patrimônio público provocam proibição de megaeventos em frente à Reitoria

## Museu Universitário discute acessibilidade a obras

Dentro do projeto Museu em Curso, o MU trouxe Amanda Pujal, coordenadora do Programa Educativo Públicos Especiais, da Pinacoteca do Estado de São Paulo,

para dividir experiências de acessibilidade que vem implantando há oito anos e que compartilham a arte com diversos públicos p. 4

### Saúde

Sal na medida  
p. 5

### Mobilidade

Caminhos alternativos  
p. 8

### Livro

Autor X adaptador  
p. 10

### HU

Resistência pela vida  
p. 2

### Mapa

Para se achar no campus  
p. 12

## Do Editor

### “Governo privatiza o HU”

**“As epidemias, como a saúde, carecem de critério”**  
*(Carlos Drummond de Andrade)*

Essa manchete assustadora, em letras garrafais, dividia a capa do próspero jornal *Notícias do Dia* de 2 de maio com o anúncio do assassinato de Osama Bin Laden. O impacto no Estado certamente superou o tiro na testa do líder da Al Qaeda. A sorte da sociedade catarinense e da UFSC é que a reportagem de duas páginas desmente a manchete. Independentemente da Medida Provisória 520, assinada no último dia de Lula no Governo, criando a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, o HU permanecerá 100% público, atendendo exclusivamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS), esclarecia o jornal. Hospital que ensina, pesquisa e promove a Extensão, o HU, após muita mobilização da comunidade universitária e da população, iniciou sua heróica caminhada em 1980, na gestão do reitor obreiro Caspar Erich Stemmer, recebendo, mais tarde, o nome de um dos seus idealizadores: Polydoro Ernani de São Thiago. Projetado para atender anualmente 20 mil pessoas, hoje soma 240 mil pacientes, um verdadeiro milagre no mundo da saúde. Válvula de escape para um sistema hospitalar em frangalhos, 60% dos seus pacientes são da Grande Florianópolis e 40% oriundos do interior, isto é, encaminhados em ambulâncias por prefeituras de todo o Estado.

Embora carecendo de recursos humanos e financeiros, o hospital da UFSC ainda é uma ilha entre os 46 hospitais vinculados a instituições federais de ensino superior. Nem mesmo a crise crônica da saúde pública, que vem gerando uma demanda geométrica, tem maculado a qualidade e a excelência dos serviços do HU.

Graças à dedicação de uma equipe multidisciplinar e do esforço de uma administração politicamente engajada, pesquisa de opinião revela que 83% dos pacientes atendidos estão satisfeitos.

Manchetes forçadas em jornal e matérias sensacionalistas na TV, generalizando fatos isolados e descontextualizados, são incapazes, portanto, de distorcer a retina do cidadão.

Em nome de suposta audiência e do sensacionalismo barato, a mídia entristece os trabalhadores da saúde. Só não consegue desanimá-los, porque estão acima do mal.



# Caiu na cesta

A comunicação cuida da saúde da instituição

Moacir Loth

**Patrimônio público.** Residência Médica, Centro de Informações Toxicológicas (CIT), pesquisas com células-tronco, procedimentos de alta complexidade, transplante de córneas e maternidade “Amiga da Criança” reconhecida pela Unicef. Enfim, sobram argumentos convincentes para espantar a privatização do maior bem público da UFSC e dos catarinenses.

**Problema novo.** A criação da inoperante Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares não resolve a crise dos HU’s. Ao contrário, cria novos problemas. Além disso, conforme revela o vice-reitor Carlos Alberto Justo da Silva, a medida mostrou-se precipitada, uma vez que não se ouviu a Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e nem a Associação Brasileira de Hospitais Universitários e de Ensino (Abrahue), presidida pelo ex-diretor do HU/UFSC.

**Embuste dispensado.** A solução dos HU’s está nas próprias universidades. No dia em que a autonomia universitária for plena e respeitada, os concursos públicos darão conta das necessidades de pessoal e a terceirização não precisará do embuste de uma empresa para se perpetuar no espaço que é de todos. Não parece saudável uma empresa no MEC. Até o Congresso doente sabe disso! A Associação dos Amigos do HU aponta para outras alternativas.

**Frei Arnaldo?** Podestá, o ouvidor, revela que o setor às vezes assume a condição de confessionário. A Ouvidoria da UFSC faz escola no País.

**Justa distinção.** A UFSC deverá conceder o título de Doutor Honoris Causa ao maestro Edino Krieger.

**Suicidas!** Quem acabou com as megafestas no campus foram os próprios promotores, que abusaram e perderam a noção de limite.

**Marasmo.** Com várias candidaturas na praça, o clima eleitoral ainda não esquentou; faltam fatos novos!

**Pela leitura.** O livro está mais acessível no campus. Terminada a Feira da EdUFSC, a livraria Livros & Livros do Centro de Eventos continua com promoção permanente de excelentes obras a preços convidativos.

**Culto à personalidade.** A história das Administrações da UFSC mostra que o personalismo prevalece em relação ao institucional e ao coletivo.

**Lapso.** Nas solenidades em homenagem aos aposentados foi sentida a ausência do Núcleo de Estudos da Terceira Idade (NETI).

**Avanço.** Na atual Administração, a Cultura conquistou novo status, posicionando-se ao lado do Ensino, da Pesquisa e da Extensão.

**Eleições.** Sindicato de Luta organiza oposição ao Sindicato para Todos. O pacote de Dilma mobiliza as chapas.

**Provérbio do Quintana.** O seguro morreu de guarda-chuva!

**Olhos por olhos.** A USP lançou campanha que virou notícia até na *Folha*: “Abandono de animais é crime. Estamos de olho”. Os outdoors mostram o olhar atento de cães. A iniciativa está surtindo efeito.

**Sentida ausência.** Os pró-reitores e secretários acadêmicos não foram vistos no lançamento do livro *Escritos & Rabiscos*, de Luiz Henrique (Lão) da Silva. Rodolfo e Paraná prestigiaram a façanha, com orelhas de Nilto Parma. Lão autografou mais de 90 exemplares.

**Festa editorial.** Maio marca o aniversário de 30 anos da EdUFSC e o primeiro ano do novo projeto editorial. Para comemorar as datas, a SeCArte organizou o lançamento coletivo “A Editora da UFSC no século XXI”, com a apresentação de 65 títulos abrangendo 350 nomes. O evento é coroado com a divulgação do resultado do Concurso Salim Miguel de Romance, disputado por 28 escritores.

**A luz de Dilma.** Ao alçar status de prioridade no governo Dilma, a energia solar ficou mais acessível. O sol, que deixará de ter donos, está contemplado pelo recém-criado Fundo Clima. A energia alternativa terá à disposição R\$ 229 milhões. Marés e biodiesel disputam a primazia com o sol. As tragédias nucleares no Japão encorajam, certamente, a Secretaria Nacional de Mudança Climática. O sol, além de dinheiro, tem a obrigação de gerar energia.



Cachorro carrega sua dona acompanhado de perto pelos pombos da UFSC

## Frases

*Temos servidores que vivem reclamando do ambiente de trabalho, do colega, do salário, do dia que está chovendo ou fazendo muito calor, sem se flagrar que sua produtividade é tão baixa que torna seu salário mais do que justo. Existem servidores privilegiados pelas chefias imediatas, que não lhes cobram muito trabalho, enquanto procuram cobrar de outros mais do que o devido (Luiz Henrique da Silva, no livro Escritos & Rabiscos).*

Foto: Arquivo Agecom



O prédio do Colégio de Aplicação da UFSC, que em 2011 está comemorando 50 anos de vida, começou a ser construído no campus da Trindade em 13 de agosto de 1981. A inauguração das atuais instalações aconteceu no dia 9 de agosto de 1982.

# Universidade do século XXI: tecnologia e humanismo

A missão da universidade foi definida de forma clara pelo filósofo K. Jaspers como “a procura da verdade na comunidade de alunos e professores”. Esta definição é de uma profundidade e complexidade vital. A procura da verdade não é um acidente dentro da história humana, mas um constituinte da espécie humana. A verdade é uma necessidade essencial para o ser humano e por isto é supranacional, é universal. Não pode existir diálogo, nem ensino, nem comunicação, nem formação humana sem a verdade. A universalidade da verdade gera a universalidade da missão universitária e exige dos Estados o respeito pela autonomia e liberdade da universidade.

A verdade está intimamente relacionada com a realidade. Qual é a realidade das coisas e do mundo e especialmente do homem? A resposta envolve problemas de nosso aqui e agora, como as realidades últimas que afetam ao ser humano. Este é o sentido da vida.

O aqui e agora: para uma completa localização do problema, deve-se observar que o Brasil vive, como todo o mundo, os processos ligados à globalização, que criam condições de instabilidade econômica e social, transcendem as fronteiras dos Estados, colocam em perigo as diversidades culturais e empobrecem a vida espiritual e moral. Vivemos em uma crise sistêmica da humanidade que se manifesta no sentido que se atribui à vida, à economia e à segurança internacional.

O sentido que se atribui à economia se traduz na luta implacável pelos recursos naturais e pela competição fundamentada em tecnologias de ponta. Quando isolado do sentido da vida, isso provoca profundas desigualdades e graves problemas de educação, saúde e trabalho, que incitam à violência e à droga. A paz social é, em boa medida, fruto do desenvolvimento que assegure dignidade a todos.

No mundo desenvolvido, a pesquisa nas universidades tem estado no coração

desse desenvolvimento com justiça social. Assim nos EUA os complexos de eletrônica que existem perto de Boston são derivados do Instituto de Tecnologia de Massachusetts e o vale do silício, das universidades de Califórnia e de Stanford. Naquele país, para todas as pesquisas de longo prazo, de grande alcance social e de muito risco, o Governo Federal dá importante apoio e as universidades assumem sua parte. Isto ocorre inclusive com a indústria farmacêutica, que muitos acreditam ser totalmente de investimentos privados. Um exemplo é o caso do taxol, campeão de vendas entre os medicamentos para câncer. Toda a pesquisa foi realizada no National Cancer Institute (NCI) ao longo de quase 30 anos a um custo de 183 milhões de dólares, com recursos públicos e privados.

O Brasil necessita urgentemente de um apoio massivo para desenvolver sua indústria farmacêutica, o que levará à afirmação de muitas outras indústrias de ponta (química fina, biotecnologia, bioquímica, novos materiais, por exemplo). Para isto, será preciso assegurar a sinergia entre os atores acadêmicos, o poder público e o setor produtivo, gerando oportunidades de empregos com remuneração digna para as atuais e futuras gerações.

As realidades últimas: dizem respeito ao humanismo ou ao sentido que se atribui à vida. Os paradigmas científicos criados nos séculos XVI a XIX (Kepler, Galileu, Descartes, Newton, Darwin, Freud) levaram à ideia de um mundo totalmente determinado, inclusive socialmente, onde a evolução por mutações genéticas ao acaso e a seleção natural deu origem ao homem, um animal a mais, que segundo a corrente da psicanálise é guiado fundamentalmente pelos seus mecanismos instintivos, especialmente o sexual e o de destruição. O homem, nessa concepção, não é um sujeito livre e vive no mundo absurdo da náusea, do nada. Este é o vazio existencial, a vida não tem sentido e por isto igualmente não

existem valores.

No século XX (Planck, Heisenberg, Einstein, Stapp, Morris, Frankl) fundamentados em novos paradigmas científicos demonstram que o universo é intrinsecamente indeterminado. Pela física quântica demonstra-se que é possível a liberdade humana, que nem toda evolução biológica é ao acaso. Afirma-se uma nova antropologia e filosofia da natureza que permite uma atualizada representação do homem e do mundo.

O professor Frankl, criador da terceira escola psicológica de Viena, opina que grande parte das neuroses é produto do vazio existencial, acima mencionado, causado pela falta de sentido da vida.

É preciso, então, dar resposta a duas graves perguntas: A ciência e a tecnologia para que e para quem? A liberdade para que? Dessas respostas emerge um novo humanismo para uma nova humanidade.

O ideal de educação em nossa época deve colocar seu máximo esforço em proporcionar ciência, reinterpretada como parte do humanismo, mas igualmente despertar a consciência, o pensamento crítico, de forma que o homem assuma sua responsabilidade frente à explosão informativa, aos bombardeios da TV e dos jornais, para saber o que é importante e o que não é fundamental. O espírito crítico, assim formado, não se abandonará ao conformismo nem se ajoelhará ante o totalitarismo.

O ideal educativo deve levar a cada homem saber que é único e insubstituível, que tem um sentido, uma responsabilidade com a família, a sociedade e seu país. Que todos têm sede de infinito e devem reconhecer o mistério do transcendente que mora em cada pessoa. Esse ideal

torna-se fundamental para conseguir uma universidade brasileira que se oriente para desenvolver o Brasil como um exemplo para um novo mundo mais fraterno de justiça e de paz.

### Rosendo A. Yunes

Pesquisador Sênior do CNPq, editor de dois livros de Qca. Medicinal e Produtos naturais e plantas medicinais. Premio Scopus-Capes 2009 por sua produção científica



WAGNER

## Novos desafios para o CNPq

“No Brasil, a construção de uma infraestrutura para ciência e tecnologia é recente. Começou em 1951, com o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), criado pela lei nº 1.310, de 15 de janeiro, com a missão de fomentar pesquisas e a formação de pesquisadores; ainda em 1951, veio a criação da Capes; em 1962, a da Fapesp; em 1967, a da Finep; finalmente, em 1985, a do Ministério da Ciência e Tecnologia.

Em 60 anos, os avanços são expressivos. Hoje, temos uma comunidade científica e tecnológica com 1,7 milhão de currículos na plataforma Lattes do CNPq, 135 mil deles de doutores e 237 mil de mestres, e 27 mil grupos de pesquisa no Diretório de Grupos de Pesquisa. O Brasil forma mais de 11 mil doutores por ano e produz 2,7% da ciência mundial, com liderança em várias áreas do conhecimento, como agricultura tropical, parasitologia, geofísica e engenharia associada à prospecção de petróleo e gás em águas profundas.

Em 2010, o CNPq atendeu a 80 mil

bolsistas; investiu R\$ 1,85 bilhão em formação de recursos humanos e fomento à pesquisa; avaliou 74 mil solicitações; tem 64 mil processos vigentes e custo operacional inferior a 5% do orçamento.

Foram também criadas mais 14 mil bolsas de iniciação científica, mil de produtividade em pesquisa e 4.000 de mestrado e doutorado. Há 7.000 bolsas de fomento tecnológico e um programa (RHA) dedicado às empresas, com bolsas para incorporar pessoal qualificado em P&D. E, sem ônus para as atividades-fim, o CNPq terminou o ano com uma nova sede em Brasília.

A ciência e a tecnologia e o indispensável compromisso com a inovação são hoje instrumentos de política de Estado, expressa no Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação e nos planos de desenvolvimento de várias áreas do Estado, como na Política de Desenvolvimento Produtivo, nos planos de educação e saúde, no PAC, nos desafios nacionais de sustentabilidade ambiental, econômica e social e nos programas de erradicação da

miséria e de inclusão social.

O cenário para a C&T do século 21 pressupõe novos paradigmas. A ciência moderna exige atenção às demandas da sociedade, abordagens multidisciplinares e inovação, pesquisa e desenvolvimento nas empresas. A pesquisa requer novos formatos, novos atores, organização institucional e deve se pautar por critérios de qualidade, impacto, relevância, sustentabilidade e internacionalização.

Nesse novo contexto, cabe ao Estado brasileiro - por meio do Ministério da Ciência e Tecnologia e do CNPq em particular - modernizar a gestão de C&T, com avaliação e acompanhamento que promovam qualidade e multidisciplinaridade, e adequar o marco legal às especificidades da pesquisa, desburocratizando importações, compras e contratações, para aumentar a eficiência na aplicação dos recursos.

O sistema nacional de CT&I, em cinco anos, incorporou 15 mil novos pesquisadores em novas universidades, campi e instituições de ciência e tecnologia

federais e estaduais. E não há como ser a quinta economia do planeta sem educação básica de qualidade, sobretudo em matemática e em ciências, e a formação superior de cientistas e engenheiros em maior número.

Para apoiar esse crescimento, o CNPq deve pelo menos dobrar seu orçamento nos próximos quatro anos, chegando a R\$ 3,5 bilhões, de forma sustentável e que reflita planejamento e articulação de políticas de governo.

Em 2011, o CNPq celebrará seus 60 anos com o olhar voltado para o futuro, pronto para seguir em sua missão de desenvolvimento científico e tecnológico, por um Brasil mais justo e desenvolvido.”

### Carlos Alberto de Carvalho Filho

Presidente do CNPq

### Glaucius Oliva

Diretor de Engenharias, Ciências Exatas e Humanas e Sociais do CNPq

Publicado na Folha de S.Paulo em 24/01.

Os artigos são de inteira responsabilidade de seus autores



**Homem picando fumo: reprodução em alto relevo e maquete auxiliam cegos e pessoas de baixa visão na compreensão da pintura**

## Três pontos fortes

A arte educadora defende que a acessibilidade nos espaços que abrigam a arte deve ter caráter interdisciplinar. "Arquitetura, expografia e ação educativa: é uma grande luta considerar os três igualmente importantes".

A arquitetura é o ponto mais lembrado quando se fala em acesso às pessoas com deficiência, mas vai além das rampas; a circulação, a segurança, o estacionamento e também a iluminação devem ser considerados. "É necessário pensar que as bancadas que apóiam as obras devem ser mais baixas, com base mais delgada, a fim de permitir que os cadeirantes – e crianças – possam observá-las de perto e num nível mais próximo ao dos olhos".

A expografia é o conceito do conteúdo que o museu vai apresentar, e a ação educativa complementa a tríade: tem a função de chamar o público, direta ou indiretamente, auxiliando-o a interpretar e compreender as obras.

Durante o processo de adaptação, Amanda entende que é fundamental o diálogo com o público contemplado. "Só ler sobre acessibilidade não adianta. É necessário ir nas instituições que atendem às pessoas com deficiência, criar uma parceria. De nada serve colocar etiquetas em braille junto aos títulos se os cegos e pessoas de baixa visão não podem tocar nas obras. Não é eficaz, também, apenas disponibilizar áudio-descrições. Se for para ouvir sobre as peças, as pessoas podem escutar em casa. Quando se vai ao museu, a vontade é de interagir efetivamente com a arte", ressalta.

Se para as pessoas com deficiência visual são feitas descrições, reproduções em relevo e também maquetes tridimensionais das pinturas, as palavras recebem atenção especial quando a acessibilidade se volta às pessoas surdas. "Além de muitos não lidarem com o vocabulário artístico, as palavras abstratas são raras dentro do gestual da Libras. Trabalhamos então com jogo de palavras e fotos que se assemelham às pinturas e esculturas".

# Portas abertas a todos

*Museu em Curso discute acessibilidade das obras a pessoas com deficiência*

**Cláudia Schaun Reis**  
Jornalista na Agecom

Quando concluiu a graduação em Educação Artística na Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), em 1980, Amanda Pinto da Fonseca Tojal mal sabia o significado da palavra acessibilidade. Foi sorrindo que comemorou o fato de haver na plateia da quinta edição do projeto Museu em Curso – que aconteceu na terça, 26/04, no auditório do Museu Universitário – estudantes interessados em discutir o acesso de todos as obras acolhidas permanentemente ou por tempo determinado em espaços destinados à arte.

Coordenadora do Programa Educativo Públicos Especiais e do curso de extensão cultural Ensino da Arte na Educação Especial e Inclusiva, ambos da Pinacoteca do Estado de São Paulo, Amanda começou a se dedicar aos estudos da acessibilidade em 1991. "Temos que pensar que o caminho para a inclusão é diferenciado. As trocas são sempre importantes, mas assustam. Precisamos nos preparar, e mesmo assim sinto que falta [atingir uma comunicação mais efetiva]".

Qualquer instituição, explica Amanda, dificilmente consegue ser 100% inclusiva. "Quando falamos em contemplar os cegos, já pensamos no braile. Só que muitas pessoas ficam cegas por causa da diabetes, que também causa a diminuição da sensibilidade nos dedos. Ou seja: há cegos que não leem em braile. Vamos conseguir incluir a todos? Não, mas a maioria pode ser considerada. Devemos fazer o nosso melhor; todo acesso é um passo a mais, é um ganho".

**Acessibilidade em 1/4** – A estimativa é que as instituições que se propõem a adaptar estrutura, atendimento e acervo só atinjam 25% das metas

propostas para a inclusão; é que as barreiras são inúmeras. Um prédio tombado como patrimônio histórico, como é o caso do edifício que sedia a Pinacoteca (erguido em 1905), tem uma série de restrições quanto a modificações estruturais. "Não pudemos construir rampa no acesso principal da Pinacoteca, apenas numa das entradas laterais e o elevador foi instalado na parte externa do prédio. Não é o ideal, mas já facilita a entrada de pessoas com deficiência", explica Amanda.

A adaptação do acervo se constitui um processo complexo: é necessária toda uma equipe para elaborar catálogos e áudio-descrições, e esse também é um dos motivos pelos quais as mostras temporárias geralmente não se tornam acessíveis, já que o tempo para se confeccionar os materiais muitas vezes extrapola o da exposição. Há também a questão financeira – verbos raramente são alocadas para a acessibilidade – e o fato de que as exposições costumam chegar aos museus em "pacotes fechados": os curadores deixam registradas todas as especificações de como as obras e instalações devem estar dispostas, e é comum não permitirem alterações.

A lei federal 10.098/00 define a acessibilidade como "possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida". Já dentro de um museu, Amanda esclarece que a acessibilidade se traduz em obter informações, compreendê-las e chegar até elas. "O museu deve falar para seu público. É uma função social, educativa, de lazer e de fruição. Às vezes as pessoas que organizam uma exposição não pensam nisso".

## Quatro anos para eliminar o tapete vermelho

Foto: Pâmela Carbonari



**Os oito anos de luta geraram a experiência que agora a Pinacoteca compartilha com profissionais das áreas de artes, museus e saúde**

Amanda lembra que todas as adaptações pelas quais a Pinacoteca passou foram duramente conquistadas. "Pouco a pouco conseguimos cada alteração. Foram quatro anos até retiramos o tapete vermelho da entrada, que vivia enroscando nas cadeiras de rodas". Em oito anos vieram o piso tátil – permitido apenas porque não danifica o piso original –, as visitas acompanhadas por educadores especializados, o catálogo em braile e também em tinta (com letras em tamanho maior), o guia para o público surdo, as maquetes visuais e táteis – entre eles, uma boneca de pano de cabeça pequena e pés grandes, que faz entender a tela *O Abaporu*, de Tarsila do Amaral – e o treinamento dos funcionários (desde saber manejar uma cadeira de rodas até aprender os fundamentos da Libras).

Os caminhos abertos propiciaram a experiência que agora a Pinacoteca compartilha em cursos de ensino da arte na educação especial e inclusiva para a capacitação de educadores e profissionais das áreas de artes, museus e saúde.

**Para todos?** – Apesar de todo o trabalho na direção da inclusão, as manifestações do público são diárias. "Há pessoas que reclamam de não terem acesso às doze obras da Galeria Tátil de Esculturas Brasileiras, que é um espaço só para os cegos, com peças em bronze aparafusadas nas bases, próprias para o toque. Dizem que o trabalho não inclui, e sim exclui os outros públicos. Defendo que nos baseamos no princípio da equidade: nossa proposta é tratar de maneira distinta os que não estão em condições de igualdade, exatamente para que relações justas sejam construídas". Durante os vinte anos que se dedica ao tema, a arte educadora afirma que a troca é recompensadora. "O que ganhamos? Ganhamos nos humanizando".

# Para controlar o sal

*Pesquisa da UFSC resulta em método de controle do produto em restaurantes*

**Arley Reis**  
Jornalista na Agecom

A redução do consumo de sal é um desafio mundial. No Brasil, o Plano Nacional para Redução do Consumo de Sódio está em construção. Estimativa baseada em dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2002-2003 indica um nível médio de consumo de sódio pelos brasileiros de 4,5 gramas por dia. Essa quantidade é mais do que o dobro da recomendação estabelecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo Guia Alimentar para a População Brasileira, que é de 2g de sódio ou 5g de sal por dia.

Esse consumo excessivo estimulou o estudo de um método de controle do sal e sódio na produção de refeições em restaurantes junto ao Núcleo de Pesquisa de Nutrição em Produção de Refeições (Nuppre) da UFSC. Desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Nutrição, o trabalho é resultado da dissertação de mestrado da nutricionista Cristina Barbosa Frantz, com orientação da professora Anete Araújo de Sousa.

"Além de contribuir com as discussões sobre as iniciativas mundiais de redução do consumo de sal e sódio, o método pode auxiliar gestores na produção de refeições nutricionalmente mais saudáveis", destaca Cristina.

Ela lembra em sua dissertação que o crescimento da oferta de alimentos industrializados, ricos em gordura, açúcar e sal, de fácil acesso e baratos vem causando preocupação entre órgãos de saúde. Além disso, o crescimento do fenômeno da alimentação fora de casa e o preparo de refeições com elevado teor de sódio em restaurantes coletivos e comerciais, incluindo os fast-foods, têm contribuído com o consumo excessivo de sal e sódio.

Levando em conta esses fenômenos, o método que desenvolveu traz uma série de medidas para auxiliar na identificação de pontos críticos em relação ao uso do sal e de ingredientes com médio e alto teor de sódio em restaurantes.



Foto: sxc.hu/Elisabetta Grondona

## Diagnóstico e sugestões de melhoria

Estruturado em nove etapas, o modelo foi aplicado durante cinco semanas, de segunda-feira a sexta-feira, em um restaurante de Florianópolis. Foram avaliadas as preparações produzidas para o almoço. A metodologia leva a análises sobre o planejamento de cardápios, o teor de sódio nos produtos adquiridos para produção dos alimentos e nas preparações, a quantidade de sal nas preparações servidas e à identificação de pontos críticos em relação ao uso do sal no processo produtivo de refeições. A partir do diagnóstico, estimula a proposição de ações corretivas e recomendações.

Nas etapas de planejamento e análise do cardápio, por exemplo, Cristina verificou que mais de 40% das preparações tinham ingredientes com médio e alto teor de sódio. Nas etapas de pré-preparo e preparo, a aplicação do modelo permitiu a identificação de pontos críticos como ausência de fichas técnicas e receitas para as preparações do cardápio, dificultando a identificação e análise do teor de sódio.

Outro ponto observado nessas etapas foi a ausência de padronização do tipo de utensílio utilizado para adicionar sal aos alimentos. Para cada um dos problemas identificados o modelo propõe ações corretivas. Entre elas, reduzir gradativamente o número de preparações com ingredientes com médio/alto teor de sódio, buscando oferecer o maior número de preparações com ingredientes *in natura*. Além disso, elaborar e implantar fichas técnicas com informações sobre o teor de sódio para todos os pratos do cardápio.

Com base na constatação da oferta de preparações com

médio e alto teor de sódio (acima de 100mg de sódio em 100g de preparação), a nutricionista recomenda que o restaurante realize ações para a redução e controle do uso de sal e sódio em todas as etapas do processo produtivo. "O método não determina quantidade de ingredientes e tipos de substitutos para o sal que devem ser utilizados para redução de sal e sódio em cada tipo de preparação. Mas recomenda que sejam feitos testes culinários para a reformulação gradual de fichas técnicas", explica a nutricionista.

Cristina lembra que na literatura há alternativas para reduzir o sal e o sódio sem prejudicar a qualidade sensorial dos alimentos. Entre elas, o uso de ervas aromáticas, especiarias, temperos ácidos (limão, vinagre), bulbos (cebola, alho) e sal de ervas.

Durante sua pesquisa bibliográfica na literatura científica a nutricionista não encontrou um método de controle do uso de sal e sódio no processo produtivo de refeições. Portanto, o instrumento que desenvolveu pode ser o primeiro a ser utilizado para esse fim.

A dissertação foi desenvolvida em colaboração com a equipe do Núcleo de Pesquisa de Nutrição em Produção de Refeições (Nuppre-UFSC), onde outros sistemas de gestão da qualidade na produção de refeições foram desenvolvidos em busca de uma alimentação mais saudável. Entre eles, um método para avaliação da qualidade de bufês executivos; uma metodologia para avaliação da qualidade nutricional e sensorial de bufês de café da manhã e um sistema de controle de gordura trans no processo produtivo de refeições.

**Mais informações: (48) 3721-5138 ou 9161-1345.**

## OMS x sal

- No Brasil, a recomendação de ingestão de sal para a população é estabelecida no Guia Alimentar para a População Brasileira e está de acordo com a FAO/OMS de 2003, que indica menos de 5 gramas por dia. O Guia Brasileiro explica que a ingestão de sal maior do que 6g/dia é uma causa importante de hipertensão arterial, acidente vascular cerebral e de câncer gástrico.

- A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que a redução do sal nos alimentos processados e refeições seja gradual para que ocorra a dessensibilização ao sabor muito salgado dos alimentos. Segundo o Guia Alimentar Brasileiro, o tempo médio de três meses consumindo alimentos com baixos teores de sal ajusta as células do paladar ao sabor menos intenso e sua preferência pode diminuir.

- Em 2004, a OMS lançou a Estratégia Global para Promoção da Alimentação Saudável, Atividade Física e Saúde para a redução do consumo de sal, açúcar, gordura saturada e eliminação de ácidos graxos trans. Em 2006, realizou um encontro técnico para discutir especificamente o sal e estratégias para redução da ingestão em nível mundial. Os documentos preveem que os restaurantes comerciais e coletivos estejam entre os parceiros para a execução destes preceitos.

## Salgando a nossa história

- O uso e a veneração do sal são quase tão antigos quanto a própria civilização. Estima-se que a adição de sal aos alimentos necessidade de conservação dos alimentos.

- As primeiras formas de exploração de sal parecem ter sido no período Neolítico e com o advento da agricultura. Em função da possibilidade de adquirir carne resultante da sedentarização, para assegurar alimentação no período de inverno era necessário estocar os alimentos. Assim, a descoberta de que soluções salinas concentradas poderiam conservar os alimentos foi essencial para garantir o sustento desses povos.

- Desde o século VIII, caravanas transportando sacos de sal cruzavam o deserto ligando os Impérios de Mali, Xangai e Gana ao eram protegidos por fortalezas.

- Em Chioggia (Veneza) surgiu a principal instalação de extração de sal da Idade Média, que fez de Veneza uma referência no comércio desse ingrediente. Na época, era comum a cobrança de imposto sobre o sal. Assim, muito da riqueza de Veneza proveio da prática de exportação de sal para outras cidades.

# Consumo de álcool cresceu entre universitários na última década

O uso da substância passou a ser abusivo e pode comprometer a vida acadêmica

**Marília Marasciulo**  
Bolsista de Jornalismo na Agecom

Na segunda-feira, 04/04, a Praça da Cidadania da UFSC, em frente à reitoria, estava cheia de cacos de vidro, pedaços de latinhas e tinha um cheiro azedo de cerveja e urina: eram os restos da festa que aconteceu no sábado e reuniu mais de oito mil pessoas, o Trote Integrado do CTC. Organizada pelos Centros Acadêmicos do Centro Tecnológico, as atrações eram três bandas e o open bar de cerveja, isto é, pagava-se R\$ 20 por uma caneca que dava direito a beber à vontade. O Trote do CTC é um exemplo de festas que acontecem cada vez mais na UFSC e nas universi-

dades brasileiras, onde o consumo de álcool é liberado.

Em 1999, após quinze anos de estudos, professores do Centro de Pesquisas em Comportamentos de Dependência da Universidade de Washington publicaram o manual *Brief Alcohol Screening and Intervention for College Students (Basics - Alcoolismo entre estudantes universitários: uma abordagem da redução de danos)*. Com a pesquisa, constataram que na última década o uso de bebidas alcoólicas pelos alunos deixou de ser moderado e passou a ser abusivo, enquadrando-se no padrão chamado *binge drinking*. Conhecido no Brasil como "porre", corresponde ao consumo de cinco ou mais doses para os homens, e quatro doses para as mulheres, em uma única ocasião. Isso

equivale a cinco latas de cerveja (dois litros), cinco taças de vinho ou cinco copos de caipirinhas. No Trote do CTC, por exemplo, foram servidos mais de oito mil litros de cerveja em 2.700 canecas, uma média de 3 litros por pessoa.

Uma pessoa que toma "porres" quatro vezes por mês, todos os meses, ao longo de sua vida acadêmica, tem grandes chances de desenvolver problemas hepáticos e de comprometer outras funções orgânicas, como a capacidade de concentração. Mas os problemas de saúde não são os únicos prejuízos trazidos pelo consumo excessivo. Comportamentos de risco como sexo sem proteção e embriaguez ao volante são comuns entre aqueles que abusam das bebidas alcoólicas. Em 2006, a estudante Roberta Flores Rothbath morreu

atropelada ao sair de uma festa junina do curso de Arquitetura da UFSC. O motorista estava bêbado.

Os casos são tão preocupantes que os criadores do *Basics* resolveram abandonar programas que visam à abstinência e passaram a apostar na abordagem de redução de danos, na qual a meta primária é fazer o aluno reduzir comportamentos de risco e o consumo. No Brasil, a Universidade Estadual Paulista (Unesp) utilizou a técnica no Projeto Viver Bem Unesp, criado em 1997. Um levantamento mostrou que 25% dos alunos de graduação se enquadravam no padrão binge. Os professores concluíram então que seria impossível conseguir que eles não usassem álcool ou drogas. Por isso, optaram pelo programa de redução de danos, para ensiná-los a beber de forma não prejudicial.

## Bebida para unir pessoas

Para o professor do Departamento de Farmacologia da UFSC, Tadeu Lemos, especializado em dependência química, a redução de danos funciona como estratégia, mas não como política: "A meta deve ser sempre a abstinência". Ele também critica o fato de existir hoje uma cultura de que beber é normal, acentuada no ingresso à universidade. "O álcool é a droga que mais causa problemas orgânicos e sociais, e mesmo assim seu consumo é banalizado".

Este é um dos principais fatores que levam os estudantes a abusarem da bebida. "Há uma cultura sobre o que é ser universitário. Para se sentir incluído nesse grupo, o jovem precisa beber", diz Daniela Schneider, professora do Departamento de Psicologia UFSC. É o caso da estudante de graduação Helena, que acredita que a bebida une as pessoas. "O simples fato de comprar cerveja envolve conversar com alguém e fica mais fácil puxar um assunto naquele momento". Ela costuma ir a uma festa por semana na UFSC e consome em média seis latinhas a cada noite.

"Eu gosto da sensação de liberdade que a bebida me proporciona, mas não consigo encontrar um limite e beber só uma ou duas latinhas", diz Helena. As expectativas positivas quanto aos efeitos do álcool são mais um fator relacionado ao consumo abusivo. Aumento da autoconfiança, sociabilidade, desinibição e atratividade física/sexual parecem ser benefícios gratificantes relacionados à substância, que adquire um status de lubrificante social. O problema é que a maioria dos universitários acredita que este efeito é proporcional à quantidade ingerida e podem se tornar tolerantes ao álcool, aumentando o risco de dependência.

Além desses motivos, Helena diz que morar sozinha, longe dos pais, também contribui para o consumo. "Eu sinto saudades de casa e não gosto de ficar sozinha, então acabo indo para um bar". A psicóloga Daniela Schneider concorda que os estudantes usam a substância como uma bengala química para lidar com as frustrações, sejam elas a saudade de casa ou incertezas relacionadas à futura carreira. "Este é um momento em que o jovem está muito vulnerável, sofrendo várias mudanças. Saber que dali a poucos anos terão de encarar o mercado de trabalho é angustiante para alguns", afirma Daniela.



Festa na Praça da Cidadania reuniu cerca de oito mil pessoas no início de abril; alguns pesquisadores defendem a abordagem de redução de danos, na qual a meta é controlar comportamentos de risco e o consumo

"O simples fato de comprar cerveja envolve conversar com alguém e fica mais fácil puxar assunto naquele momento"



Plásticos, latas, papelão e cacos de vidro: Praça da Cidadania acumula quilos de lixo depois das festas

## Administração Central coíbe festas na Praça da Cidadania

"As festas se tornaram um ambiente perigoso, pois está difícil controlar quem entra e sai, e as pessoas pararam de respeitar o patrimônio da UFSC. Desse jeito, vamos acabar perdendo o espaço, e a culpa será nossa", disse Victor Roeder, organizador do Trote do CTC, no dia 12 de abril. Dois dias depois, sua previsão se realizou: a administração central da UFSC proibiu a realização de festas na Praça da Cidadania e na Concha Acústica, por causa dos problemas decorrentes da comercialização indiscriminada de bebidas alcoólicas, degradação do patrimônio público, excesso de ruídos e de participantes, e furtos. O documento tem validade até a manifestação do Conselho Universitário (CUUn), e são consideradas exceções festas nos próprios Centros de Ensino, desde que sejam autorizadas pela direção.

Até então, a resolução normativa nº 02 do Conselho Universitário, de 27 de outubro de 2009, permitia festas nos centros de ensino de quarta a sexta-feira e na praça da reitoria nos finais de semana. No primeiro mês de aula, foram 28 eventos no campus em 27 dias, sem contar domingos e um feriado, mas somente 2 aconteceram na Praça da Cidadania, ou seja, o número não seria muito menor com a proibição. Ano passado, no mesmo período, foram 20 em 26 dias.

Os dados do Departamento de Segurança da UFSC (Deseg) confirmam os motivos da proibição: em média, cinco carros são arrombados nas noites de festa, e pelo menos um prédio da UFSC termina com portas ou janelas quebradas. Brigas também são frequentes. No dia 24 de março, por exemplo, um estudante que estava em uma festa no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) foi espancado por cinco rapazes e ameaçado com uma garrafa de cachaça. "Perde-

mos o controle sobre esses eventos", lamenta Leandro Oliveira, chefe do Deseg, que relaciona o aumento no número de festas com a quantidade de ocorrências.

O principal motivo para a falta de segurança é o fato de a UFSC ser um campus aberto, impossibilitando o controle de quem entra e sai. Mesmo que um dos pré-requisitos para a realização de festas seja a contratação de segurança, é difícil prever o público: os organizadores do Trote do CTC esperavam cerca de 5 mil pessoas, e o número real estimado foi quase o dobro. "Do jeito como está, a Universidade virou terra de ninguém". O chefe do Deseg reclama que falta um lugar adequado para a realização dessas festas com um mínimo de controle, segurança e atendimento médico para quem exagerar a cerveja.

No Trote do CTC havia uma ambulância disponível, e segundo o organizador, Victor Roeder, cerca de vinte pessoas foram atendidas. Alguns casos foram encaminhados para a Emergência do Hospital Universitário, mas a direção do HU não quis divulgar o número.

Para o professor Tadeu Lemos, do Departamento de Farmacologia e especialista em dependência química, com a resolução nº 02 a Universidade tornou-se uma facilitadora, e sem querer incentivadora do consumo de álcool, ao invés de proteger e conscientizar os estudantes quanto ao consumo de bebidas alcoólicas. "Como podemos esperar que os alunos levem a sério as políticas de prevenção, quando existe uma norma que permite o consumo dentro da própria UFSC?"

Já o Pró-Reitor de Assuntos Estudantis, Claudio Amante, acredita que a resolução contém falhas, mas é um avanço, pois significa que o Conselho Universitário estava disposto

a lidar com o tema. Ele afirma que a Universidade é um ambiente de socialização e que proibir festas e confraternizações não vai impedir que os estudantes bebam. Representantes do Diretório Central dos Estudantes (DCE) concordam, e completam dizendo que é exatamente pela falta de opções de lazer que os estudantes encontram no álcool uma fonte de diversão. "Ninguém vai ao cinema ou ao teatro bêbado", diz Natan M. Kiutzch, estudante do curso de História e membro do DCE. "Se a Universidade promovesse mais eventos desse tipo, os estudantes teriam outras opções além de ir a festas e encher a cara".

Em busca de uma solução para estes problemas, em agosto de 2010 a PRAE criou dois órgãos de apoio aos estudantes, a Gestão de Assistência à Saúde do Estudante e a Divisão de Apoio ao Esporte Universitário (DAEU). Eles vão trabalhar juntos para encontrar alternativas: o primeiro está fazendo um mapeamento do consumo de álcool e outras drogas para elaborar uma proposta sobre como tratar do tema, enquanto a DAEU oferece atividades esportivas, proporcionando aos estudantes outras opções de lazer. Claudio Amante acredita que estes são os primeiros passos para tratar do assunto pedagogicamente, mas a PRAE deve trabalhar em conjunto com a comunidade acadêmica para a conscientização, que será alcançada com o tempo.

# Mobilidade urbana não é só para cidades

Universidade reestrutura trechos calçados e estuda alternativas de mobilidade

Fotos: Paulo Noronha



Plano Diretor da UFSC será aprovado pelo Conselho Universitário no segundo semestre

## Vinte mil carros por dia

A Prefeitura da Universidade é encarregada de cumprir os projetos já estabelecidos. Atualmente ela está construindo algumas calçadas, como a que liga a saída da Trindade ao CSE, e reestruturando outras dentro do campus. Mas o principal problema, para Lorivaldo Pierre, prefeito do campus, é a delimitação das áreas de estacionamento. "Alguns motoristas se apropriam de certos espaços, tirando o acesso dos pedestres", explica. Segundo o Subcomitê de Mobilidade (Integrante do Comitê para Uso Racional de Recursos da UFSC), estima-se que 20 mil carros percorram a Universidade diariamente, e o número de vagas em todo o campus é de 8 mil – com 6 mil irregulares. Vagas irregulares são aquelas onde não há marcações para estacionamento de carro, ou seja, qualquer lugar está sujeito a isso, e quase sempre tomando o caminho de pedestres. Além de tornar todas essas vagas regulares, com delimitações e lugares específicos, estuda-se uma forma de controlar o acesso a elas, como o uso de cancelas eletrônicas acionadas por crachás, por exemplo. Uma das atribuições da Pró-Reitoria de Infraestrutura é a formalização das licitações com outros organismos, e o acompanhamento das obras. É a Proinfra que procura parceiros para financiarem as obras na UFSC, como a ciclovia, por exemplo. Entre as empresas já parceiras da UFSC, o Banco do Brasil financiará a elaboração do projeto executivo da ciclovia. A Eletrosul e a Prefeitura de Florianópolis também foram procuradas para financiar a obra, mas não há nada formalizado.



Entorno da UFSC no horário do almoço e das 17h30 às 19h: congestionamento é diário e crescente

## Ciclovia e bicicletário no campus

Uma das propostas estimuladas pela Universidade é o uso de bicicletas dentro do campus. Para criar novos adeptos dessa ideia, e manter os que já o são, a UFSC vai construir uma ciclovia em todo o campus e no entorno dele, e um bicicletário. A ciclovia tem um percurso estimado em 8km e deverá ligar todos os centros. Já o bicicletário será construído perto da Biblioteca Universitária (saída ao lado do Banco do Brasil) e contará inicialmente com 250 vagas. Em pesquisa do Subcomitê de Mobilidade da Universidade, atualmente apenas 2% dos 40 mil usuários da universidade utilizam bicicleta para se locomover dentro do campus. Entre os problemas que os usuários mais

encontram estão a limitação de vagas para bicicletas e o furto. A ciclovia tem uma proposta conjunta de reestruturação desses "postos de apoio" em todos os centros, e de sua ampliação. Junto com a ciclovia também foram pensadas medidas operacionais de moderação de tráfego dentro do campus, como rebaixamento de meio-fio, redutores de velocidade, limitadores das áreas de estacionamento, sinalização de travessias e arborização. O bicicletário terá uma área de 230m<sup>2</sup> dividido em três níveis. As bicicletas serão guardadas no primeiro nível, no segundo haverá banheiros e armários para os estudantes e no terceiro, um terraço com cafeteria. Para os portadores de

**José Wilson Fontenele**  
Bolsista de Jornalismo na Agecom

Estima-se que aproximadamente 40 mil pessoas passem pela Universidade diariamente. Segundo o Subcomitê de Mobilidade UFSC, 18% são pedestres, e alguns utilizam calçadas que ainda não existem. Em alguns pontos, como o acesso em frente à rótula da Eletrosul e entorno da Avenida César Seara, o mato toma conta, e em dias de chuva, a lama. A reestruturação de trechos calçados e a construção de novas alternativas de mobilidade, como a ciclovia, passam essencialmente por três órgãos da UFSC – a Prefeitura do Campus, o Departamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia (Depae) e a Pró-Reitoria de Infraestrutura. O Depae é o órgão encarregado dos projetos da UFSC. O departamento, já visando ao novo Plano Diretor da Universidade, trabalha com planejamento de alternativas de acessibilidade sustentáveis e eficientes. A acessibilidade vai além da construção de melhores acessos e de calçadas com piso podotátil, para portadores de necessidades especiais. O conceito estende-se aos projetos de iluminação e drenagem nas calçadas, entre outros. Antônio Carlos Zenni, diretor do Depae, diz que uma das propostas futuras é a construção de caminhos olfato-sensíveis em algumas calçadas. Esses caminhos contariam com plantas de fragrâncias diferenciadas que guiarão os usuários. O CUn vai votar o novo Plano Diretor da UFSC no segundo semestre, e depois ele vai para a Câmara Municipal de Florianópolis.

# Burocracia e clima emperram obras na UFSC

Restaurante Universitário e os laboratórios de pesquisa do CFH estão entre as mais de trinta obras da Universidade que registram atrasos

Foto: Paulo Noronha



Demolição da ala B abriu espaço para a construção de parte do Restaurante; as obras, no entanto, fizeram aumentar as filas na hora do almoço, já que 500 lugares foram temporariamente extintos

**Marília Marasciulo**  
Bolsista de Jornalismo na Agecom

Problemas na contratação de empresas construtoras, processos de licitação demorados, falta de fiscais e até mesmo as chuvas têm sido culpados pelos atrasos nas obras do campus da UFSC em Florianópolis. São mais de trinta em andamento, e quase metade está atrasada. Entre elas, a construção do novo refeitório do Restaurante Universitário (RU) e a conclusão do bloco de laboratórios de pesquisa (G-1) do Centro de Ciências Físicas e Matemáticas (CFM), que tiveram os prazos de conclusão adiados. Em alguns casos, há atraso antes mesmo de começar a obra.

Foi o que aconteceu com a construção da Unidade de Tratamento de Queimados do HU, que tinha início previsto para janeiro, mas voltou à etapa inicial: a licitação de empresas construtoras. Este é um problema comum, e ocorre quando a empresa vencedora da licitação não assina o contrato. Nessa situação, é necessário refazer o processo, que leva de dois a três meses, por seguir a modalidade Concorrência. "O Pregão Eletrônico é o método mais rápido, mas só pode ser feito se a obra for pequena", diz o presidente da Comissão Permanente de Licitação da UFSC, Julio Francisco Borges de Oliveira. De fato, a Lei 8666/93 define normas sobre licitações e contrato, e estabelece que compras e contratações com valor estimado acima de R\$ 650 mil devem ser realizadas através da modalidade Concorrência, como é o caso da UFSC.

Obras deste porte devem ser fiscalizadas com precisão e cuidado. De um lado, a Universidade deve prestar contas ao Governo Federal, através de um sistema eletrônico que detalha o que foi gasto e instalado. De outro, a UFSC deve atender a demanda da comunidade universitária, que reclama por causa da falta de salas de aula, estacionamentos e das filas no Restaurante Universitário. No entanto, faltam fiscais para tantos detalhes: os quatro engenheiros do Departamento de Obras e Manutenção Predial (DOMP) são responsáveis por fiscalizar, em média, seis construções.

"O ideal seria que cada engenheiro

fiscalizasse no máximo três obras, aí ele poderia conferir em detalhes", diz o engenheiro diretor do DOMP, Jairo Rodrigues Lopes, "mas hoje temos um quadro de engenheiros menor do que há vinte anos, quando tínhamos menos trabalho". O balanço da fiscalização está no site do departamento, [www.domp.ufsc.br](http://www.domp.ufsc.br), com informações como o que será feito, o custo, os prazos e fotos da construção. Tudo parece funcionar, exceto por um detalhe: o campo "Porcentual Executado", que permitiria à comunidade acompanhar o andamento da obra, é calculado de acordo com o valor do que foi instalado. Por isso, é difícil entender se os 3,53% executados na reforma do forro, iluminação e climatização da Biblioteca Universitária significam que a obra está atrasada – só o aparelho

de ar-condicionado custa 25% do valor total, mas é instalado em um dia. Para tornar o "Porcentual Executado" real, só com uma fiscalização detalhada do que foi feito, com previsão de quanto ainda falta. Mesmo assim, as previsões estariam sujeitas ao tempo. As chuvas dos primeiros meses do ano dificultaram os trabalhos. "Não há como trabalhar com chuva, e mesmo quando para de chover fica tudo molhado e cheio de lama, não dá pra preparar a massa", reclama Lopes. Segundo o engenheiro, muitas das obras envolvem reconstrução de telhados em blocos que estão sendo utilizados, o que dificulta ainda mais o trabalho. "Nós temos que retirar o telhado e fazer a impermeabilização ao mesmo tempo, por isso demora tanto". Em meio a tantos problemas e atrasos,

a comunidade acadêmica organiza protestos, como a manifestação do Diretório Central dos Estudantes (DCE) no dia 17 de março contra as poucas vagas na Moradia Estudantil e a demora na conclusão do novo refeitório do RU. Poucos, porém, lembram que a Reitoria possui uma ouvidoria própria para as reclamações e tem o dever de encaminhá-las aos órgãos responsáveis. Neste ano, somente uma reclamação relacionada aos atrasos das obras foi registrada, e não foi por causa do RU. "Eu, se fosse aluno, estaria todos os dias aqui na Ouvidoria reclamando por causa da fila do RU", diz o ouvidor Arnaldo Podestá. A Ouvidoria da UFSC está localizada no andar térreo do prédio da Reitoria, e funciona de segunda a sexta-feira, no horário comercial.

## Nova ala do Restaurante Universitário será entregue no segundo semestre

**Gabriele Duarte**  
Bolsista de Jornalismo na Agecom

A construção da nova ala do Restaurante Universitário (RU) da UFSC tem previsão de entrega para o segundo semestre. A última etapa da obra encontra-se em fase de acabamento, apesar do atraso de alguns meses, segundo Deise de Oliveira, diretora do restaurante. As filas que se formam diariamente são explicadas pela necessidade de demolição da ala B, que reduziu a capacidade em 500 lugares e dará lugar à nova edificação. Outra razão, de acordo com a direção do restaurante, são as adaptações e melhorias do cardápio,

que atraem diariamente mais usuários. A ampliação do RU objetiva atender às metas do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). A obra inclui a construção de nova cozinha e refeitório do restaurante, e foi dividida em duas etapas. A primeira foi entregue em julho do ano passado, já com alguns atrasos justificados no processo de licitação. Já a segunda fase teve início em setembro de 2010 e previa inauguração para março desse ano, mas teve seu prazo atrasado para maio. Segundo Jairo Rodrigues Lopes, engenheiro civil e diretor do Departamento de Obras e Manutenção Predial (DOMP, antigo ETUSC), o atraso é justificado

pelo mau tempo e também pelo déficit no quadro administrativo de fiscalização. "As fortes chuvas que enfrentamos são motivos alheios, mas a falta de quadro técnico impede uma maior fiscalização e piora a situação", reitera Jairo. O coordenador de fiscalização de obras do DOMP, Rodrigo Bossle, é o engenheiro-fiscal responsável pela nova ala do RU. Ele salienta que essa é uma das obras mais complexas que estão em execução no campus. Segundo a direção do RU, a construção está orçada em R\$ 7 milhões e teve a entrega adiada para maio pelo DOMP, mas é bem provável que seja inaugurada no início do segundo semestre. As melhorias no RU são motivo de

orgulho e também de preocupação para a diretora. "Acredito que com a inauguração do novo refeitório a procura pelo RU seja ainda maior, chegando a 10 mil refeições por dia", explica. A nova estrutura do restaurante terá capacidade para 1.500 lugares, sendo 500 dispostos em um mesanino e os mil restantes na parte térrea, além de climatização total do ambiente. A ala que está atualmente em funcionamento será demolida e dará lugar ao hall da nova instalação, que colocará à disposição dos usuários um guarda-volumes. A diretora do restaurante pede a compreensão de todos os usuários durante a fase de transição.

# Obra põe em xeque autoria na pós-modernidade

Segundo Linda Hutcheon, com novas tecnologias e convergência de mídias, autoria passa necessariamente por adaptação

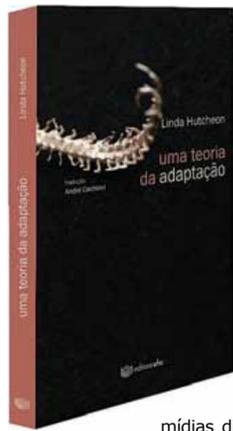
**Raquel Wandelli**  
Jornalista na SeCArte

A questão da adaptação da literatura para o teatro ou para o cinema e vice-versa já rendeu vasta bibliografia sobre as transformações sofridas pelas obras de arte quando transpostas para linguagens diferentes. "O meio é a mensagem", cunhou McLuhan. Não se diz a mesma coisa em veículos diferentes. Notorizada pelos livros em que desenvolve os conceitos de paródia, ironia e intertextualidade, a teórica canadense Linda Hutcheon foi muito além das discussões sobre a fidelidade aos originais e encontrou na adaptação um emblema do próprio modo de criação na pós-modernidade. Em *Uma teoria da adaptação*, sua última obra, publicada pela Editora da UFSC, Hutcheon demonstra que com o advento das novas tecnologias de comunicação e a convergência das mídias, toda autoria passa obrigatoriamente pela adaptação.

Considerada referência nos estudos sobre literatura pós-moderna, Linda Hutcheon é fundadora do conceito de metaficção-historiográfica como marca dessa literatura que se alimenta dela mesma e da história enquanto discurso

também literário. Foi traduzida por André Cechnel, recém-titulado doutor em Teoria Literária pela UFSC com uma tese sobre o poeta T. S. Eliot, ele mesmo um grande adaptador criativo. Por essa tese, autoria na pós-modernidade não pode escapar à adaptação. Estamos sempre adaptando ainda que de forma não consciente. "Adaptar é um pouco como redecorar", diz o pensamento de Alfred Uhry na epígrafe do livro.

Valendo-se de muitos exemplos ilustrativos que vão desde as tradicionais artes impressas e performativas como cinema, literatura, teatro, ópera e televisão até as mais contemporâneas, como grafite, videogames, obras digitais, parques temáticos, covers de músicas, Hutcheon leva esse conceito às últimas consequências, a ponto de caracterizá-lo como um modo de criar o novo a partir do velho



nais mídias digitais, estão potencializando esse processo de colagem a ponto de levar à reformulação radical da questão da originalidade e de confundir o que é roubo e plágio. E ainda que as forças capitalistas tentem conter o controle sobre quem é o dono da obra através da lei de direitos autorais, as novas mídias colocam definitivamente em xeque a autoria nos termos românticos que a compreendiam

próprio deste tempo. Revela que esse processo ocorre não só quando as obras derivam de uma adaptação propriamente dita, como no exemplo clássico de um romance que é levado às telas do cinema, mas sempre que alguém (re)cria, (re)escreve e sobretudo quando lê está condenado a fazer adaptações de textos e obras anteriores. Ou seja, adaptação não é exceção, é regra.

A teoria da adaptação permite perceber que a globalização e as novas tecnologias, sobretudo as mídias digitais, estão potencializando esse processo de colagem a ponto de levar à reformulação radical da questão da originalidade e de confundir o que é roubo e plágio. E ainda que as forças capitalistas tentem conter o controle sobre quem é o dono da obra através da lei de direitos autorais, as novas mídias colocam definitivamente em xeque a autoria nos termos românticos que a compreendiam

como obra de gênio, original, única e propriedade privada. Sobre tudo porque com os novos meios radicaliza-se um terceiro modo de engajamento com as histórias, que não é mais apenas contar e mostrar, mas interagir. E aí, o mais importante, é que Hutcheon considera a intervenção do leitor no mesmo plano da autoria como uma nova adaptação.

Efetuada ela mesma a adaptação de teorias anteriores sobre a intertextualidade e sem a pretensão de inventar a roda, Hutcheon afirma que todas as obras, nesse sentido, são secundárias e que toda arte deriva de outra arte. "As adaptações apenas são as próximas da fila". Nesse caminho, a despreconceituosa epígrafe do escritor beat William Burroughs já nos anos 60, sustenta a tese da teórica, salvando as adaptações da depreciação como arte secundária recorrentes no senso comum e no meio acadêmico: "No fim das contas, a obra de outros escritores é uma das principais fontes de *input* para o escritor, então não hesite em utilizá-la; não é porque alguém teve uma ideia que você não pode se apropriar dela e lhe dar um novo desdobramento. As adaptações podem se tornar adoções bem legítimas".

## Morre o autor, nasce o adaptador

Na obra escrita especialmente para a edição brasileira e prefaciada por Anelise Corseuil e Rosana Kamita, ambas professoras da UFSC, Hutcheon teoriza sobre a passagem "transcultural" que ocorre quando uma história é adaptada para outras mídias, gêneros, línguas e culturas. Detém-se a analisar aí um processo que chama de indigenização (*indigenization*), traduzido como nativização ou aculturação, que faz a obra necessariamente assumir diferentes significados quando apropriada por diferentes sujeitos em seus contextos históricos. "Nós não apenas contamos, como também recontamos nossas histórias. E recontar quase sempre significa adaptar - 'ajustar' as histórias para que agradem ao seu novo público. Mesmo antes do advento do mundo globalizado atual, todas as culturas estiveram envolvidas com traduções interlinguais e adaptações interculturais", escreve a autora no prefácio, distanciando-se assim das gastas discussões sobre a ilegitimidade das adaptações.

aliás, originalmente já nem lhe pertence, se considerarmos toda a história da arte que representa mulheres em banho, como o *Nascimento de Vênus* de Botticelli, que por sua vez remonta a arte trusca e os afrescos de Pompeia.

Uma Teoria da Adaptação pode ser vista, na avaliação do editor Sérgio Medeiros, como uma ponte entre a teoria da intertextualidade, segundo a qual toda obra é transformação de outra, e a recente teoria do texto encontrado, cuja semente já estava também no velho Benjamin. Essa ideia passaria de sugestão à concretização no meio digital, onde os textos são literalmente encontrados e colocados em novos formatos, passando a gerar novos textos. "E os autores desses textos encontrados não são ao pé da letra autores no sentido clássico, mas adaptadores", explica Medeiros. "Cai por terra a relação de causa e efeito entre criador e criatura, como se o autor fosse anterior à obra, ou se a tirasse de si mesmo". Na teoria da adaptação afirma-se a ideia já sugerida por Roland Barthes em *A morte do autor* de que toda autoria é coletiva.

Em diálogo com todos esses textos, Linda Hutcheon aponta, na metáfora e no funcionamento da adaptação, o emblema para compreender as mudanças estéticas que caracterizam a passagem do século XX para o século XXI. A autoria na era digital parece se estabelecer não na arte de redigir textos, mas de encontrá-los e adaptá-los e a internet torna-se, como o palco do teatro, um lugar bem menos ortodoxo do que aqueles que fiscalizam a sua pureza, segundo Philip Pullman. "O palco sempre recebeu com alegria quaisquer boas histórias".

## Um tema, várias obras

**Valendo-se de muitos exemplos que vão desde as tradicionais artes impressas até as mais contemporâneas, como videogames, obras digitais, parques temáticos, covers de músicas, Hutcheon caracteriza adaptação como um modo de criar o novo a partir do velho próprio deste tempo. Como na interminável sequência de adaptações feitas pelos célebres pintores impressionistas e modernos do quadro As banhistas, de Renoir, a originalidade de uma obra é sempre relativa, considerando-se toda a história da arte que representa mulheres em banho, como o Nascimento de Vênus, de Botticelli e os afrescos de Pompeia.**



Nascimento de Vênus, de Botticelli



Afrescos de Pompeia



As banhistas, de Renoir

## Ombudsman

### Informação, um direito de todos



direito inalienável de todos os cidadãos.

Nestes tempos de comunicação global, de rompimento de todas as fronteiras, é um desafio de todos os jornalistas e dos meios de comunicação primar pela qualidade da informação, um repto que se agiganta na medida em que são inúmeras as fontes e origens da notícia. Contudo, tão importante quanto isso é assegurar que esta notícia circule sem barreiras, dentro do princípio elementar de que a informação é um instrumento que ajuda a construir a igualdade entre povos e pessoas e a consolidar a democracia.

Portanto, o que desejamos é que toda pessoa tenha garantido o direito de buscar e receber informação. E que os meios de comunicação e os jornalistas tenham asseguradas as condições para divulgar os fatos livremente, bem como possam, sem censura, expressar opiniões. Só assim o ideal de Crispim Mira, assassinado em 17 de fevereiro de 1927 na redação de seu jornal, por quem queria lhe calar, poderá ser mantido vivo. O que desejamos é que toda pessoa tenha garantido o direito de buscar e receber informação.

**Ademir Arnon**

Presidente da Associação Catarinense de Imprensa - Casa do Jornalista

## JU dos leitores

### A luta continua...

Houve no dia 26 de abril de 2011 uma manifestação dos pais do CEI Flor do Campus, "pelo respeito à integridade física de seus filhos", pois foram (pais e funcionários) surpreendidos pela presença do serviço terceirizado e responsável pela colocação do muro do NDI, pela retirada do cercado do Flor do Campus, sem a conscientização das famílias e uma notificação da UFSC.

Lutamos, enfim, pelo reconhecimento do UFSC por este espaço dedicado às crianças pequenas e de seus direitos à uma educação de qualidade, que hoje atende 50% da comu-

nidade universitária, cedendo, inclusive, bolsas para estudantes carentes e aberto também à comunidade externa.

Temos uma história de quase 12 anos, somos uma associação de pais (sem fins lucrativos), temos uma proposta pedagógica, somos um espaço cedido para realização de estágio do Curso de Pedagogia da UFSC, entre outros, e realizamos um trabalho complementar ao NDI, pois atendemos muitas crianças no período oposto às vagas oferecidas neste espaço, respondendo às necessidades das famílias que trabalham em período integral.

**Seandra Teixeira de Mello**  
Coordenadora pedagógica do Flor do Campus



Grupo folclórico da Terceira Idade da UFSC apresenta a Dança Pau-de-Fita na Praça Franklin Cascaes

## Lão narra momentos de sua vida e carreira na UFSC

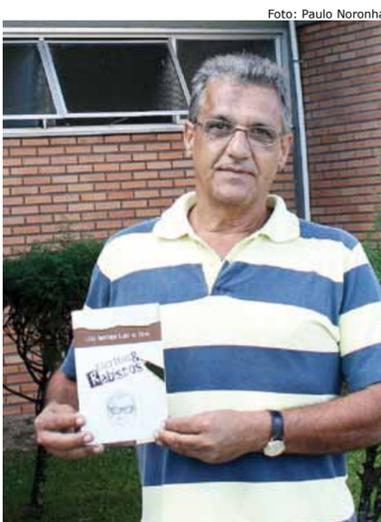
**Paulo Clóvis Schmitz**  
Jornalista na Agecom

Servidor técnico-administrativo da UFSC desde 1970, Luiz Henrique da Silva decidiu reunir em livro um pouco das histórias que viveu e ouviu nesse período dentro dos muros da instituição. Foi lançado no dia 02/05, no hall da Reitoria, o volume *Escritos & Rabiscos*, no qual o autor, lotado na Imprensa Universitária, fala de sua vida pessoal, da família, de colegas de trabalho, de lutas dentro da instituição e de passagens marcantes, sobretudo como representante dos técnicos, quando enfrentou a incompreensão da Administração para com as reivindicações e anseios da categoria.

As vésperas de se aposentar na UFSC, Luiz Henrique, conhecido como Lã, quer legar seu depoimento acerca dos momentos e personagens principais com quem conviveu durante mais de quatro décadas, e também "deixar uma herança para as novas gerações" por meio de um testemunho franco sobre como foi a Universidade nesses anos de afirmação e consolidação. Tabus foram quebrados, preconceitos vencidos, hábitos e costumes trocados por outros mais afinados com a modernidade. "Sou grato à instituição e aos amigos que fiz", diz ele, garantindo sair sem mágoas, mesmo após ter de superar divergências nos setores por onde passou.

Desde os anos 70, quando a Universidade ainda funcionava no centro da cidade, Luiz Henrique trabalhou na Reitoria (onde entrou antes de completar 18 anos), no Centro Tecnológico, no Departamento de Química, na área de recursos humanos, no Departamento de Assuntos Estudantis e na gráfica da instituição. No início, paralelamente ao trabalho, fez o Científico e estudou no curso de datilografia, e mais tarde entrou no curso de Administração da UFSC, à noite, para obter titulação superior.

Durante algum tempo, Lã lutou em defesa dos trabalhadores técnico-administrativos, inclusive como representante da categoria no Conselho Universitário. Ali marcou posição contra medidas que considerava discriminatórias aos servidores. "Os professores se comportavam como uma casta e nós éramos tratados como serviços", recorda. Ele próprio chegou a ser exonerado de um cargo de confiança após se opor a uma decisão que julgava prejudicial aos funcionários. Mesmo com esses problemas, a instituição foi avançando, a ponto de ser a primeira entre as federais



Trabalhando na Universidade desde os 17 anos, Lã tem muita história para contar

que elegeram um reitor de forma direta e a que realizou a primeira greve geral.

Em *Escritos & Rabiscos*, Luiz Henrique da Silva resalta algumas passagens da infância, dos lugares onde a família morou (dentro e fora de Florianópolis), da experiência como sacristão, das brincadeiras e traquinagens, das pandorgas e das pescarias com os amigos. Também fala da adolescência, do futebol, das sessões de cinema, dos estudos e da perda da mãe, que marcou toda a família. Depois, faz comentários sobre as festas, o casamento, as viagens e os anos de trabalho na UFSC.

O livro é recheado com artigos e poemas feitos pelo autor e termina com considerações sobre fatos que marcaram sua trajetória na Universidade. Sobre os tempos antigos, ele diz que sente falta das brincadeiras inocentes de criança e da segurança que existia em Florianópolis, mas convive bem com as transformações trazidas pela tecnologia e com as mudanças comportamentais das últimas décadas. Em breve, aposentado, diz que pretende continuar participando e ajudando a UFSC da melhor forma possível.

**Mais informações com Luiz Henrique da Silva pelo fone 3721-9595, na Gráfica.**

